

**FACULDADE DE SÃO BENTO
CURSO DE FILOSOFIA**

BRUNO DA SILVA MOREIRA

**A REPÚBLICA DE PLATÃO: ANÁLISE DO LIVRO VIII
FORMAS DE GOVERNO**

**SÃO PAULO
2014**

BRUNO DA SILVA MOREIRA

**A REPÚBLICA DE PLATÃO: ANÁLISE DO LIVRO VIII
FORMAS DE GOVERNO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Faculdade de São Bento para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Carolina Alves dos Santos.

SÃO PAULO

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

BRUNO DA SILVA MOREIRA

A REPÚBLICA DE PLATÃO: ANÁLISE DO LIVRO VIII FORMAS DE GOVERNO

Trabalho defendido em 30/05/2014, como requisito parcial para obtenção do grau de Graduado em Filosofia pela Faculdade de São Bento. Tendo como membros da banca examinadora:

Prof. Dra. Maria Carolina Alves dos Santos (Orientadora) – FSB

Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva - FSB

Prof. Dr. José Carlos Bruni - FSB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, aquele que sustenta todo o meu existir. Agradeço todos da minha família, em especial minha mãe Adriana Ribeiro, ao meu pai Alberico Moreira Filho e ao meu irmão Rafael Moreira pelo incentivo. Não posso esquecer-me de meu segundo pai (pai-avô) Alberico Moreira, pelo carinho que tem para comigo.

A professora Maria Carolina que acompanhou todo este trabalho, como também todos da Faculdade de São Bento.

Meu reconhecimento a Ordem dos Frades Pregadores pelo apoio prestado durante estes três anos de estudo.

Com estima e fraternidade a família e amigos.

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.

Cora Coralina

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise das formas de governo inapropriadas para o Estado ideal, apresentadas no livro VIII de *A República* de Platão. Na primeira parte, analisa-se a contextualização histórica do pensamento platônico e apresenta-se a obra, *A República*. A narrativa ilustra a figura do filósofo, a sua concepção política e uma contextualização da obra e do livro VIII mais especificamente. Em um segundo momento, analisam-se os aspectos filosóficos e políticos das formas de governo defeituosas, desde o seu surgimento até o seu fim. Por fim, estabelece-se o indivíduo que se assemelha a cada forma de governo, pontuando sua natureza, sua postura perante o Estado. Esta pesquisa, portanto, busca delinear o pensamento político de Platão e os modos de governo que não devem ser implantados na construção do Estado perfeito.

Palavras-chave: Platão. Filosofia. Política. Formas de Governo. Indivíduo. Estado Perfeito.

ABSTRACT

This work aims to analyze ideal State's inappropriate forms of government, as they are presented in Book VIII of Plato's Republic. In the first part, the text analyzes the historical context of Platonic thought and presents the work, Republic. The narrative illustrates the philosopher's image, its political conception and a contextualization of the work and, most specially, its 8th book. At a second moment, we pursue the analysis of the both the philosophical aspects and political forms of defective governmental projects, since its emergence till its end. Finally, we set up the individual which resembles each form of government, pointing out its nature and attitude towards the State. This research, therefore, endeavors to sketch the political thought of Plato and also the patterns of government that should not be employed in the construction of the perfect State.

Keywords: Plato. Philosophy. Politics. Ways of government. Individual. Perfect State.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A FIGURA DE PLATÃO	11
2.1 AS ORIGENS.....	11
2.2 CONCEPÇÃO POLÍTICA DE PLATÃO.....	13
2.3 DIÁLOGO “A REPÚBLICA”	17
2.4 ACEPÇÃO GERAL DO LIVRO VIII	20
3 FORMAS DE GOVERNO.....	23
3.1 FORMAS DE GOVERNO DEFEITUOSAS	23
3.2 TIMOCRACIA.....	24
3.3 OLIGARQUIA	26
3.4 DEMOCRACIA	29
3.5 TIRANIA.....	31
4 A ALMA QUE SE ASSEMELHA AO MODO DE GOVERNO	33
4.1 A ALMA TIMOCRÁTICA.....	33
4.2 A ALMA OLIGÁRQUICA.....	35
4.3 A ALMA DEMOCRÁTICA	37
4.4 A ALMA TIRÂNICA	39
5 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Falar e refletir sobre o pensamento político de Platão é, sem dúvida, algo interessante. Ele demonstrou claramente nas obras que escreveu seu envolvimento radical com a filosofia e a política de seu tempo, apesar de, na juventude, ter trilhado por um tempo o caminho da poesia. Ainda jovem, encantou-se com a filosofia, sobretudo com suas questões políticas, levando-o deste modo, a seguir os passos de Sócrates, mestre e amigo, de quem foi companheiro até o momento da morte deste. Platão discorreu muito e apaixonadamente sobre a vida política da *pólis* e dos indivíduos. Como fruto dessas reflexões nasceu a sua célebre obra *A República*, que alcançou ressonância máxima no campo da política, filosofia, estética e jurídica ao idealizar um Estado perfeito.

A grandiosa sabedoria a que chegou Platão deve-se também aos períodos políticos que vivenciou. Ele assistiu a Guerra do Peloponeso, presenciou o governo oligárquico, o auge e decadência da democracia e a tirania. A morte do mestre Sócrates também foi importante para o florescimento da filosofia platônica. Assim é possível afirmar que a filosofia de Platão é uma grande reflexão sobre a totalidade da cultura e da vida do povo grego, com a finalidade de lançar bases ou fundamentos para uma construção sólida da *pólis*.

Entende-se, portanto, que na filosofia platônica existe uma forte e marcante relação entre filosofia e política, a qual pode ser apontada, sem engano, como uma das principais preocupações de Platão, senão, a principal, como comprova o trecho da Carta VII de Platão que endereça a Dion:

Acabei por entender que todas as cidades de agora são mal governadas, pois têm legislação quase incurável, e falta uma preparação extraordinária aliada à fortuna. Fui obrigado a dizer, louvando a verdadeira filosofia, que a ela cabe discernir o politicamente justo em tudo dos indivíduos, e que a espécie dos que filosofam correta e verdadeiramente chegue ao poder político, ou a espécie dos que têm soberania nas cidades, por alguma graça divina, filosofe realmente¹.

Pode-se afirmar que é com base nessa relação entre filosofia e política que estão construídas alguns dos diálogos mais importantes de Platão. É a partir dessa relação que será construído o seu pensamento na *República*², o qual propõe uma análise da política grega, da natureza da alma (que é tomada como modelo de cidade justa), da questão ética, da educação,

¹ PLATÃO, **Carta VII**, 326 a-b.

² O subtítulo da *República* é Politeía, a qual significa constituição. Busca formular neste diálogo as bases do melhor regime (Sinônimo de Politeía) aquele que faz uma bela cidade (Kallípolis), que é a cidade fundada na justiça.

da teoria do conhecimento, a hipótese das ideias e o funcionamento das cidades. Uma cidade justa que obedeceria a uma hierarquização, onde os filósofos seriam os governantes, uma vez que são dotados de grande sabedoria.

Este trabalho de conclusão de curso de graduação, intitulado *A República de Platão: análise do livro VIII - Formas de Governo*, tem como intuito de estudo uma análise das formas de governo anômalas, como também os indivíduos que se assemelham a cada uma delas. Pretende-se desenvolver uma leitura mais minuciosa da vida, da política e da filosofia de Platão e de tentar expor as críticas que Platão tece às formas defeituosas de governos: timocracia, oligarquia, democracia e tirania.

O tema do livro VIII é de grande peso na formação da cidade ideal de Platão, porque é através das definições do governo inapropriado (injusto), defendidas pelo filósofo no diálogo com Adimanto que se chega a uma constituição perfeita e que deve ser vivida por cada cidadão através da boa formação de sua alma; esta é denominada por Platão de Aristocracia, é concebida de forma harmoniosa, onde cada indivíduo exerce sua função segundo a sua natureza. Nessa forma perfeita de governo se concretiza o projeto platônico do filósofo-rei ou rei-filósofo, aquele que sabiamente governa a cidade, porque conhece a essência da justiça.

2. A FIGURA DE PLATÃO

2.1 AS ORIGENS

O filósofo grego Platão, discípulo mais exponencial de Sócrates, nasceu em 428/427 a. C na cidade de Atenas e morreu escrevendo seu mais extenso diálogo, as *Leis*, na cidade de Atenas, em 348/347 a. C. Fazia parte de uma família aristocrática ateniense muito conhecida. Sua ascendência era real e seus parentes eram inseridos nos negócios públicos, seu pai era amigo de Péricles³, sua mãe tinha parentesco com Cármides e Crítias, que foram dois dos Trinta Tiranos que exerceram domínio em Atenas. Por parte de seu pai, Aríston, Platão seria da linhagem do último rei de Atenas, Codrus, que foi fundador de Atenas e por parte da mãe, Perictione, pertencia à linhagem de Sólon, um dos sete sábios da Grécia, um grande legislador. Tinha dois irmãos, Adimanto, Glauco e uma irmã, Potonè. Os dois irmãos aparecem como personagens em seus diálogos. Provavelmente, Platão não era o seu nome verdadeiro, mas sim um apelido procedente de seu porte físico, ou ainda da amplitude de seu estilo, ou então, da extensão de sua testa. Seu nome verdadeiro seria Arístocles. Christian Schäfer, sobre este ponto, acrescenta:

De acordo com uma tradição amiúde posta em dúvida, o nome de nascimento de Platão seria Arístocles, em homenagem a seu avô; e a “alrunha” Platôn, “o Largo”, ele teria adquirido mais tarde, pela largura quer de sua constituição física, de seu estilo ou de seus pensamentos⁴.

Platão recebeu uma educação clássica, a que era tradicional para os jovens aristocratas da época em Atenas, ministrada pelos melhores professores do ginásio. Era preparado em música, nas artes, na formação de guerreiro e “parece que estudou pintura e escreveu também poesias, cantos líricos e tragédias”⁵.

³ Péricles, é conhecido por ser uma figura célebre e marcante da Grécia, foi governante de Atenas nos anos de 460 a 429 a. C. Péricles viveu no período da democracia ateniense, sendo uns dos principais líderes do período democrático de Atenas, período também chamado de Idade do Ouro da Grécia. O período compreendido entre os anos 461 a.C e 429 a.C. é considerado como a “ Idade do Ouro” de Atenas, porque a cidade viveu o seu auge econômico, político e cultural. Durante esses trinta anos, sob o governo de Péricles, Atenas tornou-se a cidade mais importante da Grécia. Historicamente, esse período é chamado de “O século de Péricles”.

⁴ SCHÄFER, 2012. **Léxico de Platão**. p.10.

⁵ CASERTANO, 2011. **Uma Introdução à República de Platão**. p. 6.

Muitas transformações e crises ocorreram em Atenas durante a vida de Platão.

Marilena Chauí comenta:

A Atenas que Platão conhece ao nascer não é a Atenas que deixa ao morrer. A primeira é a do século de Péricles. A segunda, a derrota da guerra do Peloponeso. A primeira é a cidade imperial em extensão rica, poderosa, inovadora na política e na cultura, centro de efervescência econômica e espiritual, com hegemonia na Liga das cidades do mar Jônico e no Mar Egeu(a Liga de Delos) e em rivalidade permanente com Esparta, rivalidade que desencadeará a guerra de Peloponeso⁶.

A cidade de Atenas quando Platão nasceu, estava no seu auge, com grande crescimento econômico, com muito poder, grande desenvolvimento na cultura e na política. Neste período a cidade de Atenas viveu sobre o regime democrático que estava em seu momento áureo. Gradualmente desenvolvia-se a ciência, a matemática e novos métodos de navegação. Enquanto que a juventude de Platão foi marcada por provocações de ordem política e econômica entre Atenas e Esparta que deflagrou o longo conflito entre elas. O filósofo Lucien Jerphagnon descreve o que segue:

[...] o conjunto é atormentado pela rivalidade entre Esparta e Atenas, uma federando as oligarquias, outra as democracias. O desenlace é previsível: 431 a 404 -27 anos! -, a guerra do Peloponeso acarreta destruições, tumultos e mortes, terminando com a queda de Atenas. Belo presente para os 24 anos de Platão! Sua cidade assiste à imposição, pelo vencedor, de um governo de estilo oligárquico, os trinta tiranos, entre o quais há parentes próximo de Platão.⁷

O encontro de Platão com Sócrates foi decisivo em sua vida. Os bons exemplos o fascinaram, tornou-se, então seu discípulo, encontro “este que aconteceu, provavelmente, quando Platão tinha vinte anos”⁸. É certo que muito de seus pensamentos são fruto da convivência com Sócrates. O mestre é mesmo tão importante que aparece como personagem central em quase todas as suas obras, podendo até se afirmar também que as obras de Platão no fundo correspondem a uma exposição da filosofia socrática⁹. Para Platão, a morte de seu mestre, foi um duro golpe, pois sua condenação foi injusta. Ele foi acusado de corromper os jovens e de adorar os deuses não reconhecidos pela cultura ateniense¹⁰.

Estas sucessões de eventos levaram a Platão a deixar a cidade e sair em viagem. Passando por Siracusa adquiriu várias experiências de ordem política que o levaram a

⁶ CHAUI, 1994. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. p. 213.

⁷ JERPHAGNON, 1992. **História das Grandes Filosofias**. p. 26.

⁸ REALE, 2003. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**. p. 132.

⁹ Esta posição é aceita por alguns estudiosos de Platão, outros intérpretes não acreditam nesta afirmação.

¹⁰ Platão aborda esse assunto magistralmente em sua obra Apologia de Sócrates, onde expõe com a clareza própria de seu gênio criador, as circunstâncias, as razões, aduzidas pelo próprio Sócrates, e o que representa a morte do maior dos filósofos para a história de Atenas.

escrever a obra *A República* e inúmeras outras em forma de diálogo. Platão foi o fundador em 387 a.C., de um centro de discussões, estudos e debates, no intuito de formar autênticos políticos, chamado de Academia. Este nome foi dado porque, estava situada num parque dedicado ao herói Academo. Passaram pela escola de Platão grandes discípulos, como Espeusipo, Xenócrates, Eudoxo e Aristóteles. Algo inovador ocorreu na abertura da Academia do filósofo, à abertura para as Mulheres, algo que não acontecia na Antiguidade. No desfecho das guerras e crises, Platão aspira intensamente pela reconstrução da cidade, um “Estado ideal”, onde se estabelecesse de fato a justiça, sendo a educação de grande importância na vida do cidadão porque é a boa formação que irá proporcionar uma vida digna pela qual cada pessoa cumpre seu papel na cidade.

Após inúmeras viagens Platão regressa a Atenas em 360 a. C aonde permanece na direção da Academia até sua morte, doze anos mais tarde (348/347) a. C ¹¹.

2.2 CONCEPÇÃO POLÍTICA DE PLATÃO

A participação na vida política era considerada entre os gregos como um privilegio do homem livre. Nenhum grego, e, sobretudo nenhum ateniense, podia desinteressar-se da política, questão sempre marcante no mundo grego: nenhum povo se preocupou tanto com a política como os gregos. Tal era sua importância no dia-a-dia do homem grego, que eles pensaram vários tipos de constituições possíveis.

Uma preocupação de toda a filosofia política é a complexa relação que existe entre o indivíduo e o Estado, preocupação esta que, sem dúvida, permeia a filosofia de Platão. Este, sempre foi apaixonado pela política, sua vida e suas obras atestam o caráter central das questões de ordem política, como se pode comprovar, sobretudo, na *A República*. Platão crê na possibilidade de mudar a vida política pela educação filosófica dos homens influentes na cidade, e também daqueles que demonstram aptidão para essa espécie de estudo. Aptidão essa que é um dom natural, e que tem origem no tipo de alma de cada um. É preciso ter qualidades especiais tais como: amor pelo saber, a facilidade de aprender, boa memória, disposição para se dedicar ao estudo.

¹¹ REALE, 2003. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**. p. 134.

Após *A República*, Platão voltou a se ocupar expressamente da problemática referente a vida política, em especial no *Político* e nas *Leis*. As *Leis* é a última obra que Platão escreveu e, também a mais extensa, pode-se dizer que ela é o seu testamento político, representa sua última tentativa de criar um modelo de sociedade perfeita. Adentrando nas *Leis*, se percebe que não somente é traçado um desenho geral do Estado, mas penetra-se nas particularidades de sua vida cotidiana fornecendo a partir dessa profunda análise, um modelo de legislação de uma cidade, ou seja, enquanto em *A República* a base de um Estado perfeito é a educação perfeita, nas *Leis* a legislação é sua base central. Deste modo, Jean-François Pradeau escreve:

Nas *Leis* encontramos o mesmo projeto, mas num quadro mais coercitivo ainda, já que as parcelas (*kleroi*) não são possuídas, mas administradas pelos cidadãos. A maneira como todos os cidadãos, liberados do trabalho e do negócio, participam da vida cívica, distingue as *Leis* da *República*. Aqui, Platão não separa os cidadãos em grupos funcionais: ele opta pela distinção de quatro classes censitárias, que reagrupam os cidadãos de acordo com seu patrimônio. Com essa precisão notável, de que a riqueza e a pobreza não podem exceder certos limites: o cidadão mais pobre não deveria jamais ter menos que a fruição de uma das 5.040 parcelas do solo cívico, e o mais rico, nunca mais de quatro vezes o valor de uma parcela.¹²

Logo no início das *Leis* percebe-se que Platão define a lei como um decreto comum da cidade, uma decisão que é tomada pela cidade com base no cálculo da racionalidade. Esta definição pode ser entendida como o ato de estabelecer uma ordem, “[...] entre os cidadãos, assegurando o reino dos mais merecedores e mais virtuosos, quer dizer, aqueles que fazem o melhor uso da faculdade mais elevada da sua alma, o intelecto (*nous*), sobre aqueles que são menos, reservando para eles as honras e as magistraturas”¹³.

Nas *Leis* Platão concebe um modelo de constituição, a qual é considerada uma fusão entre a monarquia e a democracia.

Escutai. Entre as formas de governo, há duas que são como mães, na medida em que se pode dizer que delas derivam todas as outras. Dessas duas formam uma que pode, com razão, ser chamada monarquia, a outra democracia; a mais alta expressão da primeira se encontra na Pérsia, a segunda entre nós; quase todas as outras derivam dessas duas por efeito de combinações variadas. Ora, para que num estado haja liberdade e concórdia acompanhadas de sabedoria, é absolutamente necessário que o governo participe de uma e de outra dessas formas [...]¹⁴

¹² PRADEAU, 2011, **História da Filosofia**. p. 42.

¹³ *Ibid.*, p. 42.

¹⁴ LEIS, III, 693 d-e.

Platão sonha com a reconstrução da cidade, todavia ele almeja uma cidade cuja potência é antes moral e espiritual do que material, uma cidade que seja a encarnação viva da justiça. Para que uma cidade concretizasse plenamente a justiça, a formação deveria exercer um papel importantíssimo em sua instauração. Pradeau escreve que, para os contemporâneos o intuito da política é gerir os conflitos que nascem numa comunidade.

Platão também quer simplesmente eliminar o conflito (stasis) na cidade. A causa do mal na cidade, quer dizer, a causa de todo conflito, externo ou interno, é a competição (agon) que move a inveja e o ciúme (phthonos) e que chega à cobiça (pleonexia), quer dizer, o desejo de ter cada vez mais. Extremamente, isto leva a cidade a querer incessantemente aumentar seu território, fazendo guerras repentinas. Internamente, isto conduz cada cidadão a querer aumentar seu domínio (aikos), usurpando para si os outros ou simplesmente se apoderando dele pela astúcia ou pela violência: daí a guerra civil.¹⁵

Em suas inúmeras viagens Platão tentou implantar seu sistema político na Sicília, inicialmente foi bem recebido, mas depois de várias desavenças ele acaba sendo vendido como escravo. Não desistindo ele ali regressou, porém seu objetivo não obteve êxito:

Durante anos a fio, Platão viaja, se documenta, frequenta soberanos. São viagens que, aliás, transcorrem mal: um verdadeiro romance de aventuras. [...] em 367, oferece-se a Platão a ocasião de aplicar na prática sua teoria política. Dionísio, o jovem, substitui seu falecido pai no trono de Siracusa; ele chama Platão para junto de si. O filósofo fez lá duas estadas, mas as coisas se deterioraram a tal ponto, que quase deixou sua liberdade em Siracusa. Um fiasco completo, que não tirou de Platão, porém, sua obstinação de fazedor de constituição.¹⁶

Em seu pensamento político, Platão concebeu um Estado ideal, onde cada pessoa exerceria seu papel social segundo a natureza de sua alma, apoiado por uma formação rigorosa para o corpo e uma educação primorosa para a alma. O cidadão educado segundo os princípios do Estado ideal viveria ativamente a vida política da cidade, exercendo com responsabilidade e liberdade o papel que nela lhe cabe. É certo, então, que Platão concebeu uma política não como um exercício do poder, mas a realização da justiça para o bem comum da cidade.

Poder-se-ia dizer que existe em Platão uma visão “comunitária”, na qual enfatiza a natureza social de cada indivíduo; ou seja, o que nos faz humanos, a princípio, é o nosso pertencimento a um grupo. Para uma vida comunitária harmoniosa, na qual cada indivíduo existe como membro de uma sociedade, é primordial que os indivíduos se unam em práticas sociais, econômicas e políticas na cidade.

¹⁵ PRADEAU, 2011. **História da Filosofia**. p. 40.

¹⁶ JERPHAGNON, 1992. **História das grandes filosofias**. p.27.

A fundação da Academia surgiu como uma escola que iria preparar os futuros homens de Estado; ensinando-os a escrever constituições inclusive, proporcionando uma formação moral e intelectual, que tornaria a vida política virtuosa. Pierre Hadot, sobre este ponto, fala:

Os sofistas pretenderem formar os jovens para a vida política, Platão quis fazer isso dotando-os de um saber bem superior àquele que os sofistas poderiam fornecer-lhes, de um saber que, de uma parte, será fundado sobre um método racional rigoroso e, de outra, segundo a concepção socrática, será inseparável do amor do bem e da transformação interior do homem. Ele não quer somente formar hábeis políticos, mas homens.¹⁷

Platão sempre idealizou o cidadão como virtuoso na vida privada e na vida coletiva, virtudes estas que são alcançadas por meio da ação dentro da cidade. A excelência de cada cidadão acontece no seio da *pólis*. Platão elevou a política à dignidade de uma ciência, uma verdadeira e suprema *paideia*¹⁸, que é definidora da *areté*¹⁹. A política é entendida não como uma técnica de governo, mas como uma ciência que oriente e dirija a ação do governante. A política é uma arte de governar os homens com o seu consentimento e o político é, precisamente, aquele que conhece essa difícil arte. Somente poderá chegar a ser chefe quem conhece a ciência política.

Algumas formas de legislar, como a democracia e a tirania são rigorosamente condenadas por Platão, que preferirá a “aristocracia, governo que deverá ser bom e justo”²⁰, o filósofo admite também a monarquia, contanto que o rei seja um sábio e o seu poder seja moderado por leis. Platão insiste em uma cidade bem governada e para este fim a *pólis* necessitará de classes, que são divididas em três: “o povo – composto de comerciantes, industriais e agricultores -, os vigilantes e os filósofos”²¹. A primeira classe, a dos agricultores e comerciantes, está encarregada da sobrevivência da cidade; os vigilantes (Guardiões) são aqueles que asseguram a defesa da cidade, tanto dentro como fora dela; os filósofos (rei-filósofo) são os governantes, têm a responsabilidade de administrar a cidade. Uma característica importante que Platão apresenta na *A República* referente às classes dos

¹⁷ HADOT, 2004. **O que é a Filosofia Antiga?**. p. 94.

¹⁸ Paideia vem do verbo paideúo que significa, educar, instruir, formar, dar formação, dar educação, ensinar os valores, transmitir ideias e valores para formar o espírito e o caráter. Paideia é da mesma família, significa ação de educar, educação, cultivo das crianças, instrução, cultura.

¹⁹ Excelência, mérito ou qualidade nos quais alguém é o mais excelente entre outros, pode estar relacionado a excelência do corpo, excelência da alma e da inteligência. Significando, assim, um conjunto de valores físicos, psíquicos, morais, éticos e políticos. Este conjunto de valores é fundamental na formação de um ideal de excelência e de valores humanos para os indivíduos de uma sociedade

²⁰ **A REPÚBLICA**, 544 e.

²¹ **A REPÚBLICA**, 369 d – 417 a.

guardiões é o desapego aos bens materiais, ou seja, o de não possuírem qualquer tipo de bem. As classes serão determinadas mediante uma digna formação, uma educação que proporcione a seleção dos cidadãos e determine a classe a que irão pertencer, levando em conta também as aptidões naturais e os méritos apresentados.

Seria preciso transferir para outras classes os filhos dos guardas que porventura se revelassem inferiores, e o inverso: passar para a classe dos guardas os filhos bem gerados das outras classes. Com isso tinha em mira demonstrar que também com referência aos demais cidadãos será preciso que /cada um exerça uma única atividade, aquela para que for naturalmente indicado. [...] a instrução, lhe disse, e a educação; porque, se nossos guardas forem bem educados e se tornarem homens esclarecidos, todos os problemas serão por eles percebidos com facilidades[...]²²

A nova política platônica e o surgimento do Estado Ideal deverão ter suas bases na filosofia, por que ela é o único caminho seguro de acesso aos valores da justiça e do bem, que são o fundamento da política e do estado verdadeiro. Assim, para Platão a justiça reinará, no dia em que os filósofos forem reis ou no dia em que os reis forem filósofos.

[...] Nenhuma cidade ou governo, nem mesmo um simples particular poderá atingir a perfeição antes que esses poucos filósofos, que não são tidos presentemente na conta de maus, porém, de inúteis, por um feliz acaso se vejam forçados, de bom ou mau grado, a tomar conta da cidade e esta a obedecer-lhes, ou antes que sobre os atuais reis e potentados ou sobre seus filhos baixe alguma inspiração divina de verdadeiro amor da verdadeira filosofia.²³

Acrescenta ainda Platão, “mas a verdade é esta: as cidades em que o governo é exercido pelos que menos mostram desejo de governar, necessariamente serão mais bem dirigidas e ficarão livres de discórdia, acontecendo o contrário disso naquelas em que os governantes pensam de modo diferente”²⁴.

2.3 DIÁLOGO “A REPÚBLICA”

A obra *A República* é o resultado da experiência de vida de Platão em vários aspectos, obra que foi sendo elaborada ao longo de sua vida, tendo recebido dele muita dedicação. *A República* é realmente uma de suas mais longas obras, na qual esboça o projeto

²² **A REPÚBLICA**, 423 d – 424 a.

²³ **A REPÚBLICA**, 499 b.

²⁴ **A REPÚBLICA**, 520 d.

da cidade ideal que nasce a partir das várias experiências vivenciadas pelo autor em Atenas e em suas viagens. Esta obra prima, juntamente com o diálogo *Leis*, expressa sobretudo o pensamento político do autor. Em *A República* encontramos as concepções de arte, de política, de justiça, de sociedade, de virtude, do bem e do mal, e da natureza da alma, da educação, a Teoria das Ideias, que irá nortear o governo dos filósofos. Neste diálogo, Platão fundamenta sua concepção “melhor regime” em suas ideias políticas, filosóficas, estéticas e jurídicas, na qual se deveria dar atenção especial à formação dos guardiões.

A presença de traços marcantes de diferença de estilo entre o livro primeiro e o restante dos livros abre a possibilidade de que o primeiro livro tenha sido escrito mais cedo, e os demais ao longo de sua vida, um trabalho que perpassou a juventude e a maturidade do filósofo. Segundo Benedito Nunes:

A República apareceu em 375 a. C ou 374 a. C., quando a Academia tinha mais de dez anos de fundada e Platão já era um quinquagenário. [...] é certo, porém, que o Livro I de A República, colocado como escrito independente, sob o título de “Trasímaco” no grupo dos escritos “socráticos”, ao lado da Apologia, do Critão, do Laquete, do Lísias, do Cármides e do Ião, foi muito cedo composto, ainda na juventude do autor. Absorvida na unidade da obra, a discrepância cronológica de sua feitura indica-nos o demorado trabalho de elaboração por que ela passou, atravessando, ao longo de duas décadas, entre a juventude, quando começou a ser concebida, e a maturidade, quando foi concluída, o período de transição, ou seja, a segunda fase dos diálogos, que vai do Górgias ao Menão.²⁵

Mais do que obras filosóficas os diálogos platônicos são verdadeiras obras literárias. Platão adota este método de escrever como um modo de conservar a forma de fazer filosofia iniciada por Sócrates, uma filosofia que provoque discussões que são a base do método dialético. Segundo alguns estudiosos os diálogos platônicos podem ser divididos em socráticos e não socráticos, isto é, os que ainda expõem as ideias de Sócrates e os que já apresentam as ideias do próprio Platão. Nesta mesma linha de pensamento, ainda escreve José Trindade Santos: “Com poucas exceções, cada diálogo é composto como uma unidade literária, uma narrativa ficcionada, mas não fictícia, na qual se reproduzem debates, por vezes investigações, inseridos num contexto dramático”²⁶. Mas, a cada diálogo, o pensamento de Platão se aprofunda e deixa aflorar um novo modo de especulação, que ele é o primeiro a chamar de filosofia.

²⁵ NUNES, Benedito. **Introdução ao livro ‘A República’**. in. op. cit. **A REPÚBLICA**. p. 3.

²⁶ SANTOS, 2012. **Platão a construção do Conhecimento**. p.24.

O título grego original, nome com o qual nos foi legado, é *Politeia*²⁷, que significa regime político (forma de governo) de uma cidade. Estruturalmente, *A República* é um diálogo dividido em dez livros e que se serve da figura de Sócrates como personagem principal, travando este com seus interlocutores profundos debates sobre diversos temas. O diálogo contado por Sócrates ocorre na casa de Polemarco, filho de Céfalo, no dia da celebração da festa em honra a deusa Bêndis no Pireu²⁸, festa esta que a partir daquela ocasião passa a ser celebrada no Pireu. Logo no início do debate levanta-se a questão sobre o que é a justiça e a injustiça, assunto central do livro I e que vai se perpetuar nos demais livros. Ao longo dos dez livros que compõem *A República* há várias passagens que fazem analogia entre a alma do homem e a alma da cidade.

De fato, ao que parece, a justiça é desse jeito, porém, não com respeito às ações exteriores do homem, mas às interiores, em verdade, que lhe refletem o imo ser nos seus elementos constitutivos e o leva, como a homem justo, a não permitir a nenhum deles fazer nada do que lhe for estranho, nem interferir uns nos outros os diferentes princípios da alma em suas respectivas atividades, mas a pôr ordem em sua vida interior, disciplinar-se, tornar-se amigo de si mesmo e harmonizar essas partes à maneira dos três termos da escala musical: o alto, o baixo e o médio, como também faz com todos os intermediários que possam coexistir; e depois de unir todos esses elementos e de múltiplo que era tornar-se uno, temperante e afinado em tudo a que se aplicar, seja no afã de enriquecer, seja no cuidado com o corpo e em assuntos de política ou em negócios particulares, em qualquer situação, considera e denomina justa e bela a ação que mantém e contribui para realizar esse estado da alma[...] por isso, se concluirmos que encontramos o homem justo, a cidade justa e o que num e noutro é a justiça[...]²⁹

Além de Sócrates, o diálogo conta com a participação de outros personagens principais: Polemarco, Céfalo, Trasímaco, Glauco e Adimanto. Céfalo era o anfitrião, senhor da casa onde se passa o diálogo, e era um “industrial” de Atenas. Seu filho Polemarco, um amante da filosofia e da política, tem mais dois irmãos, Lísias e Eutidemo, que também estão presentes no diálogo. Trasímaco era um famoso sofista e orador, Adimanto era o irmão mais velho de Platão e Gláuco o mais novo. Outros personagens irão aparecer no decorrer da obra (Clitofonte, Nicérato e Carmantidas). Assim se conclui, portanto, que o projeto central de *A República* é a cidade perfeita:

²⁷ Politeia, constituição de um Estado, forma do regime político ou do governo, é um conjunto das instituições públicas e de suas leis. Porém, aqui também se deve dizer: não é a coisa juridicamente fixada, no sentido, por exemplo, de uma lei fundamental, que concretiza a constituição de um Estado, mas sim o modo de vida de cada indivíduo no dia-a-dia em uma comunidade, como definitiva da auto-organização social em forma de governo. Em Platão, Politeia é o conceito central de todo o pensamento político. Estas qualidades e direitos de cada cidadão são possíveis para aqueles que vivem e participam na vida ativa da pólis.

²⁸ Outro aspecto relevante a ser observado é o local onde Sócrates está. O Pireu, porto de Atenas, era um local no qual se encontravam todos os viajantes, mercadores ou aqueles que estavam de passagem pela cidade.

²⁹ **A REPÚBLICA**, 443 d – 444 a.

O projeto da República é, portanto, ideal como objeto de um juízo verdadeiro, muito embora sejam hipotéticas as condições de sua concretização efetiva. Assim, opera-se no diálogo a transferência do conhecimento das ideias, da ciência ou epistême ao fundamento da legislação e do governo das cidades. A contemplação do ser e da verdade transformava-se em teoria ou ciência política³⁰

2.4 ACEPÇÃO GERAL DO LIVRO VIII

O livro VIII se inicia com uma breve recapitulação entre Sócrates e Gláuco a respeito dos assuntos debatidos nos livros anteriores, ou seja, declarando alguns pontos acordados no debate até o exato momento da obra. Gláuco toma a palavra para retomar o assunto que foi interrompido, a respeito das quatro formas de governo defeituosas e os indivíduos que se assemelham, para em seguida convocar Sócrates a expor sobre o tema central do livro. É a partir da exposição de Sócrates que será possível afirmar algo a respeito de qual é o indivíduo melhor e qual é o pior. Assim, após tais conclusões poderá decidir se o melhor é o mais feliz e se pior é o mais desgraçado, ou podendo acontecer de não ser nenhum destes modos.

Após esta recapitulação, segue-se o tema central do livro que são as formas de constituição e os indivíduos que se assemelham a cada constituição. Este livro retoma a discussão que havia sido começada no final do livro IV sobre as formas de governo injustas.

Então, me segue, continuei, para que vejas quantas são, no meu entender, as modalidades do vício, ou pelo menos, as que merecem ser analisadas. [...] quer parecer-me que há uma forma única de virtude, enquanto são infinitas as do vício, quatro das quais precisamos considerar. Que queres dizer com isso? Perguntou. Com toda a probabilidade, lhe falei, quantas formas distintas houver de governo, tantas haverá de alma. E quantas há? Há cinco formas de governo, respondi, e cinco de alma.³¹

Sócrates enumera cinco formas de governo e cinco características de homens que lhes são correspondentes. Dentre essas formas de governo, quatro se destacam por serem injustas e uma por ser justa. As formas de governo que serão analisadas no decorrer do livro VIII são consideradas defeituosas. São elas: timocracia, oligarquia, democracia e tirania. Estas formas anômalas são uma degeneração do modo de governo ideal (aristocracia). A constituição realmente justa para Platão é a Aristocracia, nesta forma de governo se concebe

³⁰ NUNES, Benedito. *Introdução ao livro 'A República'*. in. op. cit. **A REPÚBLICA**. p. 34.

³¹ **A REPÚBLICA**, 445 c – 445 d.

um estado ideal, onde permanece a justiça, as divisões corretas dos trabalhos na *pólis* e uma educação específica. A Aristocracia é a forma boa de governo, esta é apresentada e discutida nos livros anteriores, como também debate sobre a alma que faz o seu perfil, e conclui-se que o indivíduo aristocrata deve ser “bom e justo”.

Se as constituições nascem do costume das pessoas, como também há várias espécies de personalidade humanas haverá também inúmeras formas de governo. No decorrer de toda *A República* Platão apresenta cinco formas de governo e as almas que se assemelham a cada forma, entretanto, no livro VIII serão apresentadas quatro formas, todas elas ruins.

A análise dos modos de governo se inicia por aquele que é considerado o governo da ambição, que é formado segundo as constituições de Lacônia: em seguida, se analisará o governo oligárquico, o democrático e o tirânico. Feito isso o intuito de Sócrates é defrontar o mais injusto com o justo, para que deste modo fique completo o estudo. E para que, em seguida, se possa verificar como a pura justiça e a pura injustiça atuam, e, assim poder escolher trilhar a via da injustiça apresentada por Trasímaco ou da justiça apresentada pelo filósofo.

Para Platão, o ponto de partida destas investigações deve seguir o mesmo modelo presente no estudo da justiça no livro IV, ou seja, começar pelo estudo das características gerais da cidade e terminar pelas particulares dos indivíduos. “E já que, para maior clareza, em vez de estudarmos primeiro os costumes dos particulares, começamos pelos das cidades [...]”³². O estudo das características gerais do governo injusto está intrinsecamente ligado com as características individuais de cada alma. Desse modo, Platão busca descrever, com muita precisão, as características psicológicas dos indivíduos que se assemelham a um modo de constituição.

Todo o processo de análise dos modos de governo terá uma ordem sistematizada, começando sempre pela análise dos costumes da cidade e terminando no estudo de cada indivíduo que corresponde a cada forma de governo.

[...] começamos pela timocracia. Depois, consideraremos o indivíduo correspondente e passaremos para a oligarquia e o homem oligárquico, de seguida, após dirigirmos a vista para a democracia, veremos o homem democrático; por último, chegados a uma cidade tirânica e depois de a analisarmos, contemplaremos a alma tirânica. Desse modo, ficaremos em condição de emitir juízo seguro sobre o tema apresentado³³

³² **A REPÚBLICA**, 545 c.

³³ **A REPÚBLICA**, 545 c.

O tema do homem tirânico não se encerra no livro VIII, mas se estende até o livro IX. “Agora só resta, continuei, examinar como o homem tirânico sai do democrático e, depois de formado, qual é o seu caráter e de que modo vive”³⁴.

³⁴ A REPÚBLICA, 571 a.

3. FORMAS DE GOVERNO

3.1 FORMAS DE GOVERNO DEFEITUOSAS

O tema referente à modalidade de governo é tratado por Platão em várias de suas obras, em particular no *Político*, em *A República* e nas *Leis*. Em *A República*, ele se exprime como um observador arguto do fenômeno político pelo qual passa Atenas. Nota-se que a descrição de Platão de toda a situação política de Atenas, desde o nascimento e declínio das constituições, é muito realista e sistematizada. Em *A República* ele nos dá um panorama sistemático de todas as diferentes formas de Governo e das atitudes mentais das almas correspondentes a cada uma dessas formas. Platão não esconde as suas predileções políticas e muito menos suas antipatias pessoais, mas isso não obscurece e nem influencia o seu juízo. Não se questiona sua repulsa ao governo do tirano, que se representa, para o nosso filósofo, como um verdadeiro flagelo da humanidade. Sobre este assunto, Reale escreve:

O estado ideal que nos é descrito por Platão é uma aristocracia no sentido mais forte e mais significativo do termo, vale dizer um estado guardado e governado pelos melhores por natureza e por educação, fundado sobre a virtude como valor supremo e caracterizado pela primazia, nos seus cidadãos, da parte racional da alma³⁵.

A concepção da cidade perfeita é aquela onde, no estado e no homem, a razão tem papel principal, ou seja, de governar. As formas de governo corrompidas do estado enumeram-se na seguinte ordem:

[...] As formas de governo de minha exposição anterior já têm nomes específicos: em primeiro lugar, o muito elogiado governo de Creta e da Lacedemônia; a seguir, segunda também nos encômios que lhe tributam, vem a denominada oligarquia, regime em que os defeitos constituem legião; no seu rasto, e muito diferente dela, segue a democracia; por fim, a nobre tirania, que se diferencia de todas, quarta e última doença das cidades.³⁶

As constituições corrompidas examinadas por Platão são apresentadas em ordem de perfeição decrescente, ou, se preferir, em ordem de perfeição crescente. Koyré explica bem este traço fundamental das formas de governo imperfeitas:

³⁵ REALE, 2007, **Platão**. p. 264.

³⁶ **A REPÚBLICA**, 444 c.

As cidades imperfeitas são aquelas onde a hierarquia natural (razão primeira na hierarquia) se acha pervertida, onde o lugar da razão, ou melhor, do saber, sinônimo do dever, está tomado por outras coisas: a ambição, a avareza, a procura do prazer, a vaidade e o crime³⁷.

Os modos anômalos de governo são compreendidos como uma degeneração da constituição justa. Pode-se dizer que esta degeneração acontece devido a uma corrupção à qual a história humana parece não poder escapar na medida em que tudo o que surge no tempo está destinado à degenerescência. John Lewis escreve que, “todos os males dos estados, e seu exício final, decorrem da união do poder com a propriedade, o espírito aquisitivo nos altos postos. Isto divide a cidade em ricos e pobres e gera a guerra de classes.”³⁸.

Assim, no livro VIII, as formas históricas que Platão examina detidamente são más justamente por não se ajustarem à constituição ideal. Na representação platônica, uma vez proposta a forma ideal, seguem-se as outras quatro corrompidas, de modo descendente; não há assim alternância, mas uma decadência contínua, gradual, necessária, um movimento de cima para baixo até atingir o ponto inferior extremo, que é o último elo da cadeia. Platão, para caracterizar essas diferentes formas corrompidas, analisará cada modo, identificando as peculiaridades morais, isto é, os vícios e as virtudes de cada constituição.

3.2 TIMOCRACIA

Logo no início do livro VIII Platão apresenta a primeira forma de governo, a Timocracia (Timarquia), entendida como governo da ambição sendo ela o primeiro nível da degeneração do governo bom e justo. Este errado sistema político aparece quando o estado ideal cai na desgraça devido à corrupção. Sócrates explica a seus interlocutores o movimento da passagem da aristocracia para a timocracia, mostrando de que modo ela provém da aristocracia. A timocracia carrega consigo traços marcantes do regime de Creta e de Esparta³⁹. Platão, ao fazer esta comparação, vai diretamente à essência, destacando as complexidades aparentes das instituições existentes.

³⁷ KOYRÉ, 1963, **Introdução à Leitura de Platão**. p. 111.

³⁸ LEWIS, 1964. **História da Filosofia**. p. 45.

³⁹ A timocracia é considerada uma forma de governo de regimes históricos da Grécia, de Esparta e de Creta (544 c). Timocracia que vem de *tymé*, que significa “honra”.

A timocracia está situada num ponto intermediário entre aristocracia e a oligarquia, ela pode ser considerada um meio termo entre essas duas constituições, entretanto, com traços particulares. É característica da aristocracia:

[...] o respeito aos magistrados, o fato de obster-se a classe guerreira dos trabalhos da lavoura, das artes manuais e das atividades lucrativas em geral, bem como a instituição das sissítias ou refeições em comum, e da Ginástica e dos exercícios militares: todos esses traços não são tirados da primitiva constituição? Sem dúvida.⁴⁰

Ela é resultante da dissolução da realeza aristocrata, mas que ainda conserva certos aspectos do regime anterior, porém a ambição prevalece levando à oligarquia.

O processo de transformação de um modo de governo a outro, inicia-se por uma questão de sucessão e fecundidade pelo fato de os indivíduos que forem educados para governar uma cidade não terem conhecimento, nem pela razão e nem pelo sentimento das épocas corretas de fecundação: irão gerar filhos no tempo errado. Platão vai explicar que os seres divinos têm a noção certa do período perfeito da fecundação, ao contrário ocorre com os homens. Estes, que não a têm, devem por isto desenvolver um cálculo, ou seja, um número certo para a fecundação: é este número que irá controlar os bons e maus nascimentos dos homens terrestres. O não cumprimento dos cálculos acarretaria que “os filhos nascido de tais casamentos não serão favorecidos pela Natureza, nem pela fortuna”⁴¹. Estes filhos não teriam bom êxito se chegassem assumir o poder, seriam maus administradores, ou seja, indignos chefes de estados, considerados inapropriados para a função. “Vindo o ferro a misturar-se com a prata, e o bronze com o ouro, resulta desta fusão falta de semelhança, de regularidade e de harmonia, que sempre gera, onde se manifesta, a guerra e o ódio”⁴². Está é a origem da perturbação da ordem pública.

Portanto, o que caracteriza a timocracia é a inversão de valores, o culto da virtude é substituído pela forma guerreira. A timocracia é uma forma constitucional em que os direitos e os deveres de cada cidadão são estabelecidos com base no censo financeiro, sendo caracterizado por uma explícita ambição e por um obscuro amor pelo dinheiro. Existe uma oposição fatal entre a virtude e as riquezas; quanto mais se estima a riqueza, menos se aprecia a virtude. A ambição de riqueza suscita a violência e prejuízos ao estado, assim a timocracia rompe o equilíbrio essencial que existe no Estado perfeito, porque substitui a honra à virtude, buscando, por assim dizer, o efeito sem a causa. Nessa forma de Estado, a mola da vida

⁴⁰ A REPÚBLICA, 547 d.

⁴¹ A REPÚBLICA, 546 d.

⁴² A REPÚBLICA, 547 a.

pública é a sede de honras e, portanto, a ambição, enquanto na vida particular prevalece em cada cidadão.

Koyré exprime de forma pontual e direta os traços fundamentais deste modo anômalo de governo:

A cidade perfeita deixou de existir. Em seu lugar temos um Estado militar do gênero de Esparta ou dos Estados dóricos de Creta. Nesses Estados, a filosofia, a ciência, a cultura do espírito e da alma já não são honradas e, portanto, já não são procuradas. A formação e a disciplina dos corpos são as únicas coisas que interessam os rudes e grosseiros senhores do Estado militar. Na educação das crianças, a preparação para o ofício da guerra substitui todo o resto ou, como diz Platão, a música cede lugar à ginástica. A coragem, ambição e a glória militar aparecem como valores supremos e como os maiores bens, e é por isso que esta estrutura de estado, que não é, em suma, mais que uma aristocracia descoroada e mais ou menos privada de aristocratas [...]⁴³

Portanto, conclui-se que a cidade timocrática é movida pela injustiça e ganância, uma cidade onde o filósofo é completamente descartado, e as vitórias e honras são aclamadas, criando assim na cidade e nos indivíduos, instabilidade excessiva.

3.3 OLIGARQUIA

A Oligarquia dentro da ordem sugerida é a segunda forma de governo imperfeita. Platão irá se referir à oligarquia como uma Plutocracia, “Aristóteles também irá usar este nome”⁴⁴. O significado literal da palavra oligarquia é governo de poucos, nas mãos de um subgrupo opulento de classe produtiva, homens de negócios que governam em prol de seu interesse pessoal. Todavia, na realidade é o governo dos poderosos, com total exclusão dos pobres. Este “governo se baseia no censo dos haveres dos cidadãos, no qual os ricos mandam e os pobres não exercem poder de espécie alguma”⁴⁵.

Se na timocracia a cobiça mesmo diminuta já é um mal exacerbado, transforma-se agora em ambição de adquirir em princípio o governo do Estado e uma riqueza desenfreada. A sedução das riquezas que Platão atribui ao governo timocrático, acaba por prevalecer sobre

⁴³ KOYRÉ, 1963, *Introdução à Leitura de Platão*. p. 113.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 115.

⁴⁵ *A REPÚBLICA*, 550 d.

a cidade, dividindo os indivíduos entre ricos e pobres, fixando, assim, um censo para o acesso à posições de lideranças na cidade.

Assim, de ambiciosos e amantes da glória, transforma-se em avaros e cúpidos: elogiam o rico, admiram-no, instalam-no poder e desprezam o pobre. [...] Neste passo, promulgam uma lei que fixa os limites da constituição oligárquica, baseada no censo da propriedade particular: mais alto ou mais baixo, conforme o grau de força ou de fraqueza da oligarquia, sendo logo anunciado que ficarão excluídos do governo os que não tiverem bens acima do teto estipulado.⁴⁶.

Nota-se a decadência dos valores almeçados na perfeita cidade, porque o senhorio da riqueza, algo puramente exterior, se substitui ao da virtude, interior. A ferida da timocracia, podemos afirmar, é o desejo pelo dinheiro; na oligarquia existe um desenvolvimento deste desejo, gerando uma política que inferioriza determinados indivíduos, fazendo com que a cobiça seja o princípio fundante do seu governo.

Em semelhança à oligarquia temos o governo dos Quatrocentos⁴⁷, em 411, “suprimindo a mistophoria (remuneração dos cargos públicos instaurados por Péricles) e reduzido para cinco mil o número de cidadãos de pleno direito”⁴⁸. Este ato acabou excluindo do poder os pobres, ficando aqueles que são considerados abastados, e não os melhores em competência e virtude para as devidas funções.

O estado oligárquico já não é administrado segundo a realidade e valores da justiça. A partir dos interesses privados se busca acumular incessantemente maus vícios, ou seja, prevalece o gosto pelas fortunas, e o censo é a medida de capacidade para o exercício do poder. Por isso, fundamentalmente, “a cidade não é una, porém, dupla: dos pobres e a dos ricos, e por estarem juntas as duas partes, em perpétua conspiração de todos contra todos”⁴⁹. Por conta da divisão, torna-se fatal o conflito entre ricos e pobres, permanecendo um fato sem possibilidades de mediação. Essa impossibilidade acontece justamente por falta de um valor comum que seja superior à riqueza, pois, a virtude é transcurada tanto pelos ricos como pelos pobres. Outro fator que impede a mediação é que quando os ricos e as riquezas são honrados deixam-se de lado a virtude e os homens virtuosos. Com isso, riqueza começa a ser cultivada e o contrário acontece com a virtude que passa a ser esquecida, depreciada. Todo esse desenrolar desencadeia uma transformação das pessoas ambiciosas e amantes da glória em

⁴⁶ **A REPÚBLICA**, 551 a – b.

⁴⁷ Na caracterização da oligarquia fundem-se a experiência do governo dos Trinta (404 a.C.) e informações do governo dos Quatrocentos, que foi uma instituição criada em Atenas após a revolução da Oligárquica de 411 A.c durante a guerra de Decélia, última fase da Guerra do Peloponeso.

⁴⁸ Cf. MANON, 1992, **Platão**, p. 180.

⁴⁹ **A REPÚBLICA**, 551 d.

homens avaros e gananciosos, que elogiam os ricos e desprezam os pobres. As oligarquias, nas quais os ricos mandam e os pobres não tem voz, conduzem, inevitavelmente, à crença universal do dinheiro como a medida de tudo.

Koyré comenta:

[...] a cidade oligárquica não é una, mas dupla, a dos pobres e a dos ricos que habitam o mesmo solo e conspiram constantemente uns contra os outros. A cidade do dinheiro, dilacerada pela hostilidade interior e tendo de enfrentar a luta das classes que a compõem, será, portanto, pela sua própria estrutura, um estado fraco⁵⁰.

Poder-se-ia definir avareza como a paixão dominante nesta cidade. A avareza se constitui na sede de enriquecer, de possuir sempre mais e mais, e, também o medo de perder as riquezas amontoadas. Uma cidade que é dominada por tais paixões acaba por perder, por assim dizer, a cabeça e cria, ela própria, as condições necessárias da sua própria destruição. A cidade do dinheiro é uma cidade doente, ou no mínimo tem em si o germe da enfermidade. É notório observar que mesmo consciente de todas as falhas visíveis e invisíveis o homem oligárquico não procura saná-las. “Nas cidades de governo oligárquico não se procura combater essa falha; do contrário, uns não seriam ricos em excesso, e outros extremamente pobres”⁵¹. Platão afirma que essas características e defeitos são devidos a uma instrução precária e aos vícios da educação.

Temos, então, o primado da política, no sentido de uma procura insaciável pelos postos de destaques e remuneração, que obstaculiza o trabalho de qualidade, destruindo a unidade interna do Estado, condenando este à impotência, pois já não é o povo que ele representa, mas uma malta de exploradores. No dizer de Durant: “Então a ciência de governar, que é a coordenação das forças sociais e o ajuste da maneira de agir no presente aos interesses futuros, é substituída pela política, que é a estratégia de partido e a distribuição dos cargos como despojos”⁵². Assim, se conclui que a oligarquia se arruína pela correria incauta atrás de riquezas.

3.4 DEMOCRACIA

⁵⁰ KOYRÉ, 1963, *Introdução à Leitura de Platão*. p. 115.

⁵¹ *A REPÚBLICA*, 552 b.

⁵² DURANT, *A Filosofia de Platão*. p.44.

O processo que leva a “passagem da oligarquia para a democracia é consequência forçosa do desejo insaciável de adquirir bens e de ficar o mais rico possível”⁵³. No regime oligárquico só governa quem possui um elevado poder aquisitivo, porém, como já foi explicado, é evidente que no Estado não é possível honrar a riqueza e a temperança ao mesmo tempo. Mas, negligenciando a temperança, seus chefes acabam por cultivar também a libertinagem. No dizer de Platão: “É desse modo que os governantes das oligarquias, por fazerem vista curta para os abusos e favorecerem a libertinagem, com muita frequência reduzem à indigência indivíduos de natural generoso”⁵⁴. Deste modo a libertinagem torna-se anárquica, prevalecendo os desejos mais diversificados, não só aqueles ligados à necessidade da vida, mas também os mais supérfluos, e há a tendência geral de os satisfazer por qualquer meio.

Sem dúvida, a constituição e o modo de vida que se costuma atribuir à democracia, a princípio parecem extremamente sedutoras, com efeito, no decorrer do processo o excesso de liberdade se torna nefasto. Assim, a democracia que Platão descreve é o estágio que, no avanço da corrupção, procede e prepara a tirania.

Platão faz uma analogia a um corpo que se encontra enfermo, o qual bastaria um empurrão externo para desarranjá-lo; entretanto, pode acontecer um desarranjo que vem internamente e que provocaria o mesmo efeito. Essa doença conduziria o homem a travar uma batalha consigo mesmo, assim como pode ocorrer o mesmo com a cidade. Afirma Platão sobre a democracia:

No meu modo de pensar, estabelece-se a democracia quando os pobres, vitoriosos, matam uns tantos adversários, exilam outros e dividem com os remanescentes os postos de comando e direção da cidade. Na maioria dos casos esses ofícios são tirados por sorte. É desse modo, realmente, me falou, que se se instala a democracia, ou por meio das armas, ou por deserção da parte contrária, de puro medo⁵⁵.

Assim, um dissenso ainda maior do ideal político sonhado de Platão surge com a democracia, que é o domínio da plena liberdade no agir. No Estado reina uma espécie de liberdade desvinculada de valores, o que convive com a licenciosidade, e trata igualmente tanto o que é igual quanto o que é desigual. Não existe aí nenhuma autoridade coativa, nenhum direito irrefragável; todos são iguais e cada um pode manifestar o seu desejo, conforme lhe aprouver, como numa “praça de mercado”, onde todos têm vez e voz. Platão critica a noção de igualdade na democracia, pois para ele a verdadeira igualdade é de ordem

⁵³ A REPÚBLICA, 555 b.

⁵⁴ A REPÚBLICA, 555 d.

⁵⁵ A REPÚBLICA, 557 a.

geométrica. Ele se baseia no valor pessoal que é sempre desigual⁵⁶ (já que uns são melhores do que outros). Embora, no âmbito da comunidade em seu conjunto, todos sejam cidadãos, cada qual na sua função, todas elas necessárias ao seu bom funcionamento.

A liberdade de cada um permitirá uma organização de sua vida como melhor lhe agradar, o que cria um problema de omissão de funções na sociedade.

Mas o facto de não haver necessidade alguma de mandar neste Estado, ainda que seja capaz de o fazer, nem de se ser mandado, se não quiser, nem de combater, quando os outros combate, nem de estar em paz, quando os outros estão, se não se desejar a paz; nem além disso, ainda que alguma lei impeça que se seja governante ou juiz, se deixe de governar e de julgar, se tal aprover – acaso tal situação não é, para já divina e deliciosa?⁵⁷

A cidade democrática é o lugar certo para procurar uma constituição, porque aqui se encontram várias espécies de constituições. Platão vai chamar essa cidade de bazar de constituições, onde se chega e tem-se o direito de escolher a que mais lhe apeteça. Assim, se uma pessoa pretendesse fundar uma cidade, bastaria dirigir-se a uma cidade democrática para escolher o modelo de constituição de seu gosto.

A preocupação com a virtude não faz parte do vocabulário de uma cidade democrática, mas há fortemente um desprezo ao modelo de cidade ideal. É notória a desvalorização em relação à formação dos indivíduos. Não existe preparo para as pessoas assumirem algum posto na cidade, mas basta se dizer amigo do povo e ser benevolente para receber todas as considerações. Aqui a carreira política não necessita de uma educação adequada e competente, somente disfarçar uma paixão em massa pelo povo. A atenção não dada à formação do homem e o desprezo pelos valores morais acabam por influenciar os jovens. Assim, estes cresceriam sem uma educação adequada, corrompendo-se ao longo do tempo.

A justiça na democracia se faz de modo tolerante e branda e, em muitos casos, as sentenças não são aplicadas ou cumpridas. É visível que nenhum sistema político tenha mais necessidade de disciplina e de obediência à lei e a suas aplicações que a democracia.

Permitir que o povo decida é como navegar em alto mar consultando os passageiros, ignorando ou desprezando aqueles que são verdadeiramente competentes na arte da navegação. Cabe ainda ressaltar que mesmo Platão se opoñdo a democracia partilha da ideia de que os governantes devem trabalhar pelo interesse do povo.

⁵⁶ É desigual mas não gera inferioridade: porque para Platão a inferioridade vem da falta de virtude.

⁵⁷ **A REPÚBLICA**, 557 e.

Assim sendo, o excesso de liberdade resulta em excesso de servidão no indivíduo e no Estado. Assim, até a democracia se arruína por excesso de liberdade. Daqui resulta a tirania: da liberdade excessiva, seguida de uma cruel servidão.

3.5 TIRANIA

O último modo de governo enunciado por Platão no livro VIII da República é a extrema degeneração das formas de governo. A mais extrema degradação delas é entendida não como um oposto à democracia, mas como consequência do Estado democrático. Intoxicada pelo abuso do poder, desta desordem generalizada encarnada pela democracia surge a tirania, ou seja, um estado com um único ditador cruel, que mantém sua posição pela força e pelo medo.

O acúmulo de riquezas foi o bem almejado pelos oligárquicos, e deste desejo incansável de riqueza proveio a sua ruína; a liberdade sem medidas levou também à ruína a democracia. Andrade, expressa muito bem este desenrolar da democracia em tirania:

A democracia prima pelo excesso de liberdade, diz Platão, onde os contrários passam a ser vistos como os mesmos, o que é falso, talvez numa crítica velada aos retóricos-sofistas. Afirmar algo sem discernir seu outro leva, paradoxalmente, à vivência desse outro, e se a democracia pretende a liberdade, ela buscará, inadvertidamente, seu contrário, a escravidão. Essa afirmação profunda do filósofo ensina algo que, até nossos dias, não aprendemos: quando se quer negar o contrário de algo, possibilita-se a negação desse algo, acreditando afirmá-lo (e isto é válido ao indivíduo e à cidade). A riqueza e poder para poucos têm na riqueza e poder para muitos o seu contrário, cria a riqueza e o poder para um, o tirano. Sua liberdade é sua escravidão⁵⁸.

A cidade democrática que vive alterada pela desenfreada liberdade e que tem maus administradores sofre vários problemas internos. A exasperação dos governantes e a coerção da liberdade acarretarão dificuldades na cidade, desse modo inúmeras acusações irão surgir um contra o outro. A liberdade crescerá em uma proporção extrema chegando ao ponto de “os dirigentes que se deixam dirigir, e os governados que passam, de fato, a governar, uns e outros igualados tanto na vida pública como na particular [...]”⁵⁹.

⁵⁸ ANDRADRE, R. GAZOLLA **Platão o Cosmo o Homem e a Cidade**. P.202.

⁵⁹ **A REPÚBLICA**, 562 e.

Uma analogia usada para elucidar essa inversão é o fato de tal situação poder acontecer nas famílias: o pai que passa a tratar os filhos por igual e a temê-los, os filhos que passam a tomar o lugar do pai sem o mínimo de respeito e consideração; também é semelhante a um professor que passa adular os alunos por medo. Acontece aqui uma luta entre os jovens e os velhos, os novos tentando igualar aos velhos e os velhos buscando imitar os jovens por medo “de passar por fastidiosos e despóticos”⁶⁰. O ponto crucial deste excesso de liberdade acontece quando um homem e uma mulher comprados como escravos não são menos livres do que seus compradores. Por fim, a pessoa chega ao ponto de não mais se incomodar com as leis, porque já não querem receber ordens de ninguém. Assim, se dá o nascimento da tirania.

A cidade tirânica é, necessariamente, uma cidade pobre e escravizada; conseqüentemente, é uma cidade menos perfeita e logo menos feliz que a cidade ideal e justa. Ela nasce porque o povo escolhe um protetor contra os ricos sempre mais prepotentes, esse governo é caracterizado pelo regime do medo e do crime.

Portanto, o governo tirânico é fundado sobre a violência derivada da licenciosidade em que decaiu a liberdade. A servidão que é a tirania não é somente dos súditos ao tirano, mas é uma servidão total, da qual toda a cidade é refém.

⁶⁰ A REPÚBLICA, 563 b.

4. ALMA QUE SE ASSEMELHA AO MODO DE GOVERNO

4.1 A ALMA TIMOCRÁTICA

É evidente que a doença do governo timocrático reside no fator corrupção, que consiste numa inversão de valores, onde a classe dos guerreiros era mais honrada que a dos filósofos. É óbvio que, para Platão, o correto era que a classe dos filósofos recebesse mais prestígio, pelo simples fato de serem considerados os detentores da sabedoria, ou seja, aqueles que são capacitados para a arte de governar uma cidade. Quando as virtudes não são mais seguidas e almeçadas, a corrupção dos indivíduos é inevitável, acarretando um estado degradado pelo desejo de honrarias, nascendo desse modo a alma timocrática, aquela que tem sede de reconhecimentos e honras. O processo inicial de transição da alma aristocrática para a alma timocrática tem sua origem na formulação platônica da fecundidade⁶¹.

Quanto aos indivíduos de vossa raça, que educastes para governantes da cidade, nem com a razão nem com o sentimento, a despeito de toda a sabedoria, conseguirão determinar as épocas de fecundidade ou de esterilidade; deixaram passar o tempo certo e irão gerar filhos quando não deviam fazê-lo⁶².

A exposição da fecundidade prossegue em análise por Platão, entretanto, agora entra em cena a questão do número geométrico para a boa fecundidade da raça humana.

Todo esse número geométrico possui a virtude de dirigir os bons e os maus nascimentos; e quando vossos guardas, ignorantes de suas leis, acasalam fora de tempo jovens noivos e raparigas, geram-se filhos que nem serão bem conformados fisicamente, nem favorecidos da fortuna⁶³.

Por conseguinte, o descumprimento desse processo de fecundidade e do cálculo geométrico, gera a mudança dos indivíduos aristocratas em timocráticos. Essa é a razão central do surgimento do homem timocrático e conseqüentemente, “tal é a origem, podemos dizer, da perturbação da ordem pública, onde quer que apareça”⁶⁴.

⁶¹ O processo de transição da aristocracia para a timocracia que se dar pela fecundidade e pelo cálculo foi explicado no capítulo segundo.

⁶² **A REPÚBLICA**, 546 b.

⁶³ **A REPÚBLICA**, 546 d.

⁶⁴ **A REPÚBLICA**, 547 a.

O homem que vive no redil timocrático terá a impetuosidade como característica marcante, e esta terá precedência sobre a razão, produzindo uma raça de homens orgulhosos e verdadeiros amantes do poder e da glória. Assim, escreve Platão:

Tais indivíduos, continuei, serão tão cobiçosos de riquezas como os membros das oligarquias; encobertamente, serão terríveis adoradores do ouro e da prata, visto possuírem celeiros e tesouros particulares, em que os esconderão da vista dos demais, além de proverem de cercas suas casas – outros tantos ninhos privados dentro das quais despenderão somas vultosas com mulheres ou com o que bem lhes parecer.⁶⁵

Mesmo estando consciente que a mola da vida pública da alma timocrática é a sede de honras e tesouros, é bom notar que o homem timocrático deseja restritamente o acúmulo e não o gozo dos mesmos, porque o medo de perder tudo paira sobre a alma timocrática. São sem dúvida homens gananciosos, mas sem propriedades privadas; enriquecem-se às ocultas porque, “com seu próprio dinheiro serão parques, por o apreciarem sem poder possuí-lo às claras; porém, esbanjaram com mãos largas o dinheiro alheio, para a satisfação de seus apetites; às ocultas colherão os prazeres [...]”⁶⁶.

O homem dessa constituição tem uma vida fora dos parâmetros do cidadão ideal, ele despreza a formação, não deseja a filosofia, a ciência e a cultura; ao contrário busca a formação e a disciplina dos corpos, as únicas coisas que interessam é a formação rude de guerreiro, assim, a coragem, a ambição e a glória militar aparecem como valores supremos. Essa vida desregrada dos indivíduos influencia em todo o processo formativo das crianças que passam a focar o preparo para o ofício da guerra, e não o preparo para o ofício de grandes sábios.

O cidadão desta constituição na sua juventude pode vir a odiar a riqueza, mas com o tempo passará amá-la, pelo simples fato de participar da natureza dos avarentos. “Um indivíduo assim, continuei, na mocidade poderá fazer pouco caso das riquezas; porém à medida que envelhece mais as prezará, por participar da natureza dos avarentos e não ser de caráter íntegro [...]”⁶⁷. O jovem desta cidade é instigado, estimulado pelo pai e outras pessoas a viver em prol dos desejos e das honras, a influência é muito marcante na cidade timocrática; indivíduos alimentam nos filhos e na comunidade em detrimento do elemento racional, para seus desejos, paixões e cobiça, fazendo que o jovem, influenciado, se entregue às tendências do governo timocrático.

⁶⁵ A REPÚBLICA, 548 b.

⁶⁶ A REPÚBLICA, 548 b.

⁶⁷ A REPÚBLICA, 549 b.

Esta pessoa que serve menos a comunidade do que seus interesses particulares, e que no exercício do poder, atendem menos ao Estado que a seu desejo de mando, tem sem dúvida, o perfil da timocracia.

4.2 A ALMA OLIGÁRQUICA

É da natureza da oligarquia a separação política em uma mesma cidade, existindo a cidade dos ricos e cidade dos pobres; e é a partir dessa divisão política governamental que aparecerá a divisão dos indivíduos. O mal que gera a oligarquia e, conseqüentemente, a divisão é o acúmulo exagerado de tesouro que os indivíduos passam a juntar para si, caindo assim na desobediência total das leis, porque é através do desprezo das leis que os indivíduos alcançam seus desejos.

O indivíduo oligárquico é aquele que se importa exclusivamente com sua vida particular, desejando apenas satisfazer seus interesses econômicos pessoais, torna-se explícito a liberdade que cada pessoa adquire nesse governo. Este liberalismo econômico faz crescer no seio da cidade oligárquica o número de pessoas desocupadas e arruinadas economicamente.

A liberdade que se concede a cada um de vender todos os seus bens ou de comprar os outrem e , quando já se vendeu tudo, a de quedar-se na cidade sem preencher qualquer função, nem de comerciante, nem de artesão, nem de cavaleiro, nem de hoplita, sem outro título, exceto o de pobre e indigente⁶⁸.

A alma oligárquica é semelhante ao zangão de uma colmeia, cujo nascimento é tido como uma doença, o indivíduo oligárquico é considerado a doença da *pólis*. É o que afirma Platão: “E não teremos, também o direito de afirmar que assim como no favo nasce o zangão como doença da colmeia: do mesmo modo esse indivíduo surge como zangão da casa, doença da cidade? Perfeitamente, Sócrates, respondeu”⁶⁹. A cidade alastrada pelo veneno corruptível dos zangões gera de forma alarmante um grande número de mendigos, os quais serão a grande maioria, conseqüentemente, a cidade repleta de mendigos é “lugar propício para ocultarem ladrões, batedores de carteiras, violadores de templos e criminosos da mais variada

⁶⁸ A REPÚBLICA, 552 a.

⁶⁹ A REPÚBLICA, 552 c.

espécie”⁷⁰. É consequência do homem desprovido de uma perfeita educação a proliferação do apetite da natureza dos zangões na cidade.

Para Platão, o cerne de todo o mal do homem oligárquico está contido na educação, todas essas características e defeitos são atribuídos a uma instrução precária, a qual gerará vícios na educação do homem. Por conta dos vícios da educação, o filho quando nasce, busca de imediato imitar o pai em todos os aspectos, porém, logo nota que o pai não transmite bons exemplos para a sua vida, mas vê apenas desgraças acontecendo o que leva a se debruçar na ambição e na soberba. Após esse jovem ter passado pela humilhação da pobreza, pensa logo no lucro e na prosperidade financeira, assim ele volta aos negócios, mas volta com os vícios do dinheiro. Quando esse jovem chegar à prosperidade financeira passará a ser um indivíduo dominado pela avareza e sede de ficar cada vez mais rico, por este fato, “um indivíduo nessas condições assenta naquele trono do espírito da concupiscência e da avareza e o proclama grande rei de si próprio, adornando-o como tiara, colar e cimitarra”⁷¹.

A alma oligárquica tem um espírito econômico que busca satisfazer o mínimo de suas necessidades, coibindo outros gastos, este indivíduo não ostenta o luxo, apenas deseja possuir e não desfrutar dos bens que possui. Esse homem é sórdido porque tudo na sua vida faz por dinheiro, é um verdadeiro amante da riqueza.

Para começar, não se lhe assemelha pelo fato de prezar a riqueza acima de tudo? E também pelo seu espírito de sovínice e amor ao trabalho: só satisfaz aos mais necessários desejos, sem se permitir nenhum gasto supérfluo, dominando sempre os demais apetites, por considerá-los fúteis. [Perfeitamente]. Sórdido a conta inteira, continuei, sabendo economizar de mil modos, consegue formar um tesouro.⁷²

Casertano, acrescenta: “Também no homem oligárquico prevalece a parte impulsiva da alma, mas nele manifestam-se também caracteres aparentemente contraditórios, tais como estar empenhado nos negócios e ser parcimonioso”⁷³.

Mesmo com a repressão de muitos de seus desejos o homem oligárquico não estará livre da sedição em seu interior, mas buscará reprimir todos os seus desejos, por medo de perder seus pertences; porém, quando se trata de gastar os bens alheios esses indivíduos o fazem muito bem, possuindo assim a natureza dos zangões. É natural do homem oligárquico ser em si desonesto, e de cometer várias injustiças nas suas respectivas funções ou tutelas de órfãos. No que tange competições em sua própria cidade, esse indivíduo é considerado

⁷⁰ A REPÚBLICA, 552 d.

⁷¹ A REPÚBLICA, 553 c.

⁷² A REPÚBLICA, 554 a - b.

⁷³ CASERTANO, 2011, *Uma Introdução à República de Platão*. p. 26.

péssimo, pelo simples fato de não querer dispor-se a gastar dinheiro nas disputas, e quando se tem a necessidade de entrar com dinheiro nas disputas, só estará com parte mínima de recursos; daí decorre que, na maioria das vezes, este homem irá perder.

Logo, o homem oligárquico é um homem que não terá a virtude da harmonia na alma, mas a terá governada pelo apetite de riqueza, e os demais apetites estarão ao menos controlados em alguma medida.

4.3 A ALMA DEMOCRÁTICA

A alma democrática surge a partir da luta pelo incansável desejo de liberdade e riqueza, a qual sem dúvida gera indivíduos desprovidos de virtudes; crescendo ainda mais o número de zangões e mendigos na cidade. Geralmente a passagem da alma oligárquica para a alma democrática acontece por meio de revolta da classe mais pobre; sendo o excesso de liberdade à característica principal do governo democrático, “permite-se que todos os apetites influenciem o comportamento, levando a uma vida desordenada, na qual buscam-se diversas atividades diferentes, mas sem tenacidade ou propósito geral”⁷⁴. O indivíduo desse regime é dominado pela liberdade mais desenfreada e anárquica, a qual proporciona que os homens que vivem nesse regime sejam servos de suas próprias paixões, e onde se consolidam as diferenças entre indivíduos pobres e ricos.

O jovem que cresce privado de uma boa educação moral, começa a gastar sem medidas; o sentido de economia que se tinha no governo anterior já não tem mais valor, pois as pessoas encontram-se com muitas riquezas acumuladas, entregando indiscriminadamente a todo gênero de prazer. Nas palavras de Platão:

Quando um jovem, como dissemos há pouco, criado na ignorância e com sovínice, prova do mel dos zangões e entra em contato com esses animais ardegos e funestos, indicados para procurar-lhe toda a sorte de prazeres, na mais variada gama de suas manifestações, é então, podes crer, que se inicia no seu íntimo a mudança do princípio oligárquico para o democrático⁷⁵.

Esse jovem mal formado será dominado pelo desejo da fortuna, anseios esses que são na maioria das vezes supérfluos ou desnecessários, desejos que não produzem bem algum,

⁷⁴ PURSHOUSE, 2010. **A República de Platão**. p.158.

⁷⁵ **A REPÚBLICA**, 559 e.

mas constituem apenas manutenção dos próprios desejos. Tal domínio faz o jovem ser escravo de seus próprios desejos; e caso aconteça que o jovem expulse alguns de seus desejos, outros podem vir a surgirem e se fortalecerem, por motivo da má educação recebida.

De seguida, é o que eu penso, ele passa a gastar dinheiro, esforço e tempo tanto com os desejos imprescindíveis como com os desnecessários ou supérfluos. Se tiver sorte e não se afundar na embriaguez báquica, vindo a atenuar-se com a idade o tumulto das paixões, consentirá na volta de parte das virtudes exiladas, sem entregar-se de todo aos invasores. Assim, passa a viver numa espécie de equilíbrio entre os prazeres, entregando-se às solicitações do prazer que a sorte lhe enviar primeiro, até saturar-se dele, e depois de outro, e de mais outro, sem maltratar nenhum e cuidando de todos com igual solicitude⁷⁶.

No estado democrático pode-se encontrar mais que em qualquer outra cidade, espécies de indivíduo semelhante a um manto de várias cores, matizado com toda espécie de tonalidade. A cidade democrática, leva consigo três classes de homens: a primeira classe é dos homens que nascem pelo excesso de liberdade, esta é mais violenta do que o regime oligárquico, é considerada bem numerosa e mandante na cidade; a segunda é a classe dos ricos que são a minoria, os indivíduos aqui são mais ordenados, mais econômicos, e que por natureza ficam ricos depressa, são destes que os zangãos tiram maior proveito, ou seja, é desta classe que os zangãos tiram o dinheiro, e por isso os “ricos são apelidados de capim zangãos”⁷⁷, está é a classe que tem mais bens no Estado; a terceira classe é formada pelo povão, os trabalhadores, aqueles que não participam dos negócios públicos e que pouco têm, é a classe mais numerosa e poderosa quando se reúnem em assembleia. Mas ela se reúne apenas quando lhes toca alguma coisa, e é apenas deste modo que consegue alguma coisa, será o povo desse grupo que provocará e iniciará os conflitos entre as classes.

Por fim, chega-se a conclusão que na vida do indivíduo democrático existe demasiada liberdade e libertinagem, fazendo que o indivíduo faça o que mas lhe agrada, um dia entrega aos prazeres supérfluos outro dia não, um dia ocupa de filosofia outro não, um dia quer se ocupar da política, mas outro dia não quer mais, outro dia inveja os guerreiros e vira-se para este lado; é uma vida radicalmente sem ordem, de modo que nem a necessidade define a sua conduta.

Desse modo, prossegui, passa ele os dias a satisfazer os apetites do momento, ora a embriagar-se ao som de flautas, ora submetendo-se a dieta hídrica, para emagrecer; por vezes, entrega-se à prática de exercícios físicos, quando a preguiça não o prostra em completa inação; tempos há em que se ocupa com filosofia ou política, ou então,

⁷⁶ A REPÚBLICA, 561 b.

⁷⁷ A REPÚBLICA, 564 e.

levantando-se num repente, faz e diz o que lhe vem à cabeça. Quando fica com inveja de guerreiros, vira-se para esse lado; se trata de comerciante, para o destes⁷⁸.

Logo, conclui que o jovem democrático é igual a cidade democrática: um compêndio dos mais variados caracteres.

4.4 A ALMA TIRÂNICA

Enfim, chegamos à última alma anômala e a pior que se pode existir em um estado; esta tem suas raízes fundantes no homem democrático, o excesso de liberdade do homem democrático conduz a consequência extremamente repugnante, uma escravidão, uma barbárie cruel. A raiz da sedutora tirania se encontra na desobediência das leis, os indivíduos não se preocupam mais com as leis, não querem mais receber ordens de ninguém.

A cidade democrática que vive alterada pela desenfreada liberdade, pela falta de bons administradores, começa ter vários problemas internos, criando assim brigas entre os indivíduos. Toda essa problemática começa a criar certo desconforto no estado: governantes que passam a ser amargos com os indivíduos e a restringir-lhes a liberdade, governantes que não querem mais governar e governados que desejam ser governantes.

Os cidadãos, continuei, que se mostram dóceis aos dirigentes são maltratados e chamados de escravos mansos e cidadãos indignos; porém, os dirigentes que se deixam dirigir, e os governados que passam, de fato, a governar, uns e outros se igualando tanto na vida pública como na particular[...]⁷⁹.

Para Platão, a passagem do homem democrático para o tirânico acontece a partir do momento que o povo devido as brigas entre classes, necessita de proteção, entra em cena a figura do homem protetor, aquele que vai proteger o povo. Esta cidade nasce porque o povo escolhe um protetor contra a classe dos homens ricos, isto acontece porque a liberdade excessiva levou a uma guerra interna de classes, uma conspiração entre elas. Por conta de toda desavença surge o medo de um povo do outro, criando a necessidade de um chefe, um protetor, para defender das manobras dos oligarcas. Os ricos que são espoliados de seus bens são obrigados a defender-se por meio de conversas e de meios possíveis, mas mesmo assim chegam a ser acusados de conspirar contra o povo e de serem oligarcas. Porém, quando

⁷⁸ A REPÚBLICA, 561 d.

⁷⁹ A REPÚBLICA, 562 e.

percebem que o povo faz tais coisas por ignorância em serem embaídos pelos caluniadores, tornam-se de fato oligarcas, gerando deste modo perseguições, acusações e lutas. Em Manon:

A desordem generalizada encarnada pela democracia faz, de fato, o jogo daqueles que Platão chama de desocupados ou “zangãos”. Políticos preguiçosos e eloquentes, são onipotentes na assembléia, onde fermentam a agitação lisonjeando os interesses do povo[...], que sublevam contra os que possuem. Suas decisões fazem a lei, pois, ao prometer aos pobres tomar dos ricos, eles baseiam seu poder sobre a credulidade de uma massa que vê neles seus protetores. Basta que os ricos, sentindo-se ameaçados, venham a se defender, seja pela palavra na assembléia do povo, a *ekklêsia*, seja por outros meios, e eis os “zangãos” prontos para tirar proveito da situação que criaram. Eles denunciam aqueles que eles obrigaram a se tornar verdadeiros oligarcas, e o povo vê no mais esperto deles seu salvador⁸⁰.

O povo tem o hábito de colocar no poder aquele que eles mesmos alimentam, assim todo tirano que nasça terá suas raízes neste protetor, quando ele passa a fazer “[...]o mesmo que se conta do homem da fábula do templo de Zeus Liceu, na Arcádia. Que é? perguntou. É o seguinte: quem prova de entranhas humanas, por mínima que seja a porção misturada com as de outras vítimas, fatalmente vira lobo.[...]”⁸¹.

Ainda:

O mesmo acontece com o protetor do povo, quando dispõe de uma turba fácil de dirigir: não se abstém de beber sangue dos de sua própria tribo. Por acusações caluniosas, muito do gosto desses tais, arrastam-nos aos tribunais e se maculam com o crime de homicídio, língua e boca profanadas com o gosto do sangue dos parentes exilados ou executados, e com promessas vagas de abolição das dívidas e redistribuição de terras. Uma vez chegado a esse ponto, não será inevitável e, por assim dizer, fatal que semelhante indivíduo pereça na mão dos inimigos ou se torne tirano, e, de homem que era, se transforme em lobo? De toda a necessidade, responde. É desse modo, continuei, que ele se transforma em dirigente dos que combatem os ricos⁸².

Vindo acontecer de o protetor ser exilado da cidade, por culpa de promover a sedição contra os ricos, quando tiver a oportunidade de regressar à cidade, este retornará como um tirano consumado. Ao perceber o seu retorno os ricos tentam expulsá-lo novamente por crime político, e caso não consigam, tramam a sua morte às ocultas, “[...] quando chegam a esse ponto: solicitam do povo uma guarda pessoal, para maior segurança do defensor do povo”⁸³.

A cidade está perdida a partir do momento que o povo concede ao protetor, - que se encontra exposto aos ataques - uma guarda bem armada para defendê-lo e protegê-lo. O homem rico nesse momento se encontra encurralado, porque agora ele que é o suspeito de ser

⁸⁰ MANON, 1992, **Platão**, p. 183.

⁸¹ Cf. **A REPÚBLICA**, 565 d.

⁸² **A REPÚBLICA**, 566 a .

⁸³ Cf. **A REPÚBLICA**, 566 b .

inimigo do povo. Decide então fugir da cidade, mesmo sabendo que será censurado de covarde, se for pego na fuga, será morto imediatamente. “Assim nasce o tirano que exila, mata, se macula com o sangue de sua raça, mas promete a abolição das dívidas, e aproveita as perturbações que ele cria para obter uma poderosa guarda”⁸⁴.

Agora então temos o governo do tirano, nos primeiros dias de seu governo sorrir para todos, cumprimenta a todos e, claro, não declara ser tirano, mas sim amigo do povo. Nas palavras de Platão:

Não é verdade, lhe falei, que no começo e nos primeiros dias ele se desmancha em sorrisos e salamaleques com todos os que encontra, afirma categoricamente não ser tirano, faz mil promessas, de público e em particular, solta os presos por dívidas, distribui terras entre os do povo e os de sua facção, e se mostra afável e benevolente com todos? Necessariamente, disse. Porém, depois de resolver seus problemas com os inimigos de fora, por arruinar alguns e acomodar-se com outros, ficando, assim, livre de dores de cabeça por esse lado, cogita de suscitar guerras em qualquer parte, para que o povo tenha necessidade de um chefe⁸⁵.

Casertano comenta da seguinte maneira:

Mas este protetor cedo se torna o absoluto senhor da cidade; para manter o povo sob controle, tem de conservar continuamente a cidade em estado de guerra; afirmando a existência de um espectro de inimigos externos e internos, circunda-se de pessoas vulgares que o seguem sempre e que o adulam, embora não se fie neles, e no final mostra abertamente aquilo que é: um homem que pensa unicamente no poder e no seu bem-estar individual, ele próprio escravo das suas paixões e dos servos que lhe permitem manter a sua posição⁸⁶.

Neste governo há um empobrecimento alarmante do povo, pelo altíssimo valor cobrado nos impostos, isto acontece para que os cidadãos vejam suas necessidades imediatas e não conspirem contra o governo tirânico; se um de seus cidadãos se apresenta de modo contrário ao tirânico, logo acontece que ele é entregue aos inimigos. É da natureza do tirano viver em suspeita de qualquer homem até mesmo de seus amigos, e se estes começam a criticar ou tiver atitude contrária, logo será eliminado, isso acontece sucessivamente até que não reste nem amigos e nem inimigos, agindo assim o tirano garante seu reinado. E tal é a felicidade do tirano em fazer guerra entre os homens, que ele faz até purgar o Estado.

Com o passar do tempo a conduta do tirano será odiada pelos cidadãos, levando a necessidade de mais guardas para a sua proteção; tais guardas são recrutados através de recompensas, podendo até ser estrangeiros de variadas procedências, sem dúvida criará na

⁸⁴ MANON, 1992, **Platão**, p. 183.

⁸⁵ **A REPÚBLICA**, 566 e.

⁸⁶ CASERTANO, 2011, **Uma Introdução à República de Platão**. p. 27.

cidade outra classe de zangãos. O tirano também irá recrutar escravos de outros proprietários, dando a estes liberdade, e aumentando cada vez mais a sua guarda, toda essa gente que lhe serve torna-se seus amigos, porém, é uma amizade falsa, uma amizade baseada no interesse. Toda a tropa do tirano é mantida pelo tesouro da cidade, porém, “quando não tiver dinheiro esses homens passarão a sustentar-se da herança do pai, como também seus comensais, favoritos e amigos (as)”⁸⁷; ou seja, o povo que foi o gerador do tirano agora terá de sustentá-lo; o tirano é um parricida para a cidade, capazes de até desarmar e agredir o próprio pai.

A tirania é o regime do medo e do crime, porque é pelo medo que o tirano governa, mas não estará ele livre do medo, terá sempre medo do povo que o rodeia, e até o povo que ele mesmo oprime terá medo; até de sua guarda sentirá medo, isso o leva sempre a querer comprar a fidelidade das pessoas.

Parece lícito afirmar que o homem tirânico é exatamente o negativo do filósofo, nele a concupiscência domina a mente e o coração, é inteiramente um homem escravizado; são homens governados pelos desejos e apetites, e nada é capaz de frear tais gozos, nem mesmo as leis podem conter essa força, que devasta tudo e todos. “A tirania é, assim, o Estado da servidão absoluta; e esta não é somente a servidão dos súditos ao tirano, mas é servidão total (nos súditos e no tirano) da razão aos instintos baixos: a servidão exterior não é senão a consequência e a manifestação da servidão interior”⁸⁸. É bom salientar que todos que fazem parte desse governo são tiranos, não somente os governantes, mas também os cidadãos.

A alma tirânica não encontra repouso, vive sempre perturbada fazendo-a ser infeliz e doente, porque o bem maior que é a justiça não se abriga nela, sendo assim jamais essa pessoa será governada pela razão, mas as rédeas de sua razão e da boa educação são soltas. Andrade acrescenta:

Na barbárie, em que o tirano se lança e lança a cidade que, a rigor, não mais poderia ter tal nome [...] É escravizado e escraviza todos nesse movimento de busca de prazer pelo seu contrário, a dor. Ninguém mais que o tirano compreende a carência, a falta, pois é ele que está impedido de conhecer o prazer como “repleção” e a dor como “esvaziamento”, porque ele desconhece a medida dos intervalos. Aconchegasse nessa natureza escravizada a famosa expressão “solidão do poder”? Como não há bem sem medida, a tirania é totalmente infeliz. Aqueles que imitam o tirano têm, por sua vez, os mesmos atributos, incapacidade de arrazoar (*diánoia*) e sem vigilância (*thymós*)⁸⁹.

⁸⁷ Cf. **A REPÚBLICA**, 568 e.

⁸⁸ REALE, 2007, **Platão**. p. 270.

⁸⁹ ANDRADRE, **Platão o Cosmo o Homem e a Cidade**. P.203.

Portanto, não se pode pôr em dúvida a repulsa de Platão ao tirano, a linhagem desse homem atinge o grau máximo de injustiça, sendo ele atacado pela maldade transformando-se em lobo feroz. Consumadamente este é o perfil da alma tirânica, uma alma escravizada pelos terríveis desejos selvagens; uma alma que vive fora da lei e que escraviza a cidade. O último grau da decadência, o tirano encarna a vitória das trevas.

O livro encerra com a definição mais conhecida da tirania: “O povo, como se diz, querendo fugir da fumaça da escravidão imposta pelos cidadãos livres, cai no fogo do despotismo dos escravos, e em vez do sonhado manto daquela liberdade ilimitada e inoportuna, enverga o da mais amarga e insuportável escravidão, a exercida pelos próprios servos⁹⁰”.

⁹⁰ A REPÚBLICA, 569 c.

5. CONCLUSÃO

Depois desse caminho de pesquisa sobre a filosofia platônica, em especial a política, observa-se que o objetivo deste breve estudo foi de expor a concepção política de Platão, bem como as formas defeituosas de governo e os indivíduos que retratam em cada uma delas. Pode-se dizer que o referente tema deste trabalho tem suas bases no início de *A República*, sobre a definição de justiça e injustiça, discussão essa que visa a construção da sociedade perfeita. Uma preocupação central da filosofia política é a complicada relação que existe entre o indivíduo e o Estado, e sem dúvida, a maior parte das questões exploradas por Platão envolve o relacionamento do indivíduo com o Estado.

Segundo o pensamento platônico, a justiça está ligada à cidade e ao indivíduo, devendo a justiça, portanto ser pensada segundo o mesmo modelo tanto na *pólis* como no homem. A justiça por assim dizer é o princípio organizativo da cidade e da alma humana. Em um primeiro momento, a justiça detalha uma ordem estabelecida na cidade que marca a forma de ser e de viver de um determinado povo; outro momento é quando ela observa a própria natureza (*physis*) do homem, a alma, e sua expressão na *pólis*. Paralelamente, a justiça está ligada ao modo de como que se deve educar a todos de forma que ela, na sua plenitude, possibilite uma boa ordem interna (na alma) de cada um e, externa, na cidade.

O nascimento de uma nova cidade se dá pelo princípio que diz que nenhum de nós se basta a si mesmo e necessita de muitas coisas [...] Assim, quando um indivíduo chama outro para ajudá-lo nalgum empreendimento, e mais um terceiro para outra precisão, desse modo, por serem múltiplas as necessidades de cada um, vários indivíduos se reúnem no mesmo local, para reciprocamente se auxiliarem. Damos o nome de cidade a semelhante ajuntamento, não é verdade? Perfeitamente.⁹¹

Com o nascimento da cidade, surge também a divisão do trabalho entre as pessoas, a qual se dará de acordo com o dom natural de cada um. Porém, acontecerá que os homens desta cidade invés de satisfazer as necessidades primárias, irão buscar coisas supérfluas. Deste modo, nessa cidade será preciso a formação da alma humana para voltar à perfeição. Neste momento, para a plena realização do Estado perfeito será preciso da ação da virtude da justiça, a qual estará em plena sintonia com a *politéia* e *paideia*, ou melhor dizendo, ela será desenvolvida através da educação. Ora, deste modo, a justiça surge como uma virtude e, portanto, necessariamente, uma virtude que proporcione a disposição das faculdades da alma que faz com que cada pessoa cumpra com sua função no seio da *pólis*. Assim, “a justiça se

⁹¹ Cf. **A REPÚBLICA**, 369 b - c.

refere ao ajustamento das classes à suas respectivas funções”⁹², para se obter ordenamento e unidade, a fim de que se mantenha os homens longe do prazer, desejos, emoções e confusões. Ou seja, todos os elementos que dizem respeito ao sensível e que prendem os seres humanos no mundo das opiniões.

A justiça que se estabelece na *pólis* enquanto ordem e medida, percebida na convivência pacífica entre os estamentos, nada mais é que o modo como cada um tem nele mesmo seu próprio equilíbrio⁹³, e que necessariamente será externalizado onde vive. Por isso, a justiça é conveniente na política, porque ela promove a civilização das injustiças e proporciona uma harmonia entre Estado e indivíduo, e a obediência dos súditos aos governantes. Em suma, a ideia de justiça em Platão está intrinsecamente ligada a noção de Estado; este reflete o próprio Estado Grego concebido pelo seu pensamento filosófico.

Na construção do Estado perfeito, Platão percorre um longo e árduo caminho, o qual será construído mediante vários elementos. Neste percurso a justiça é um dos elementos constitutivos mais importantes, porque é também por meio dela que chegaremos à definição dos modos de governo imperfeitos, para em seguida podermos elencar o modo de legislação perfeita. A cidade perfeita é, pois, aquela onde o filósofo governa, o militar defende e os que estão ligados às atividades econômicas provêm à sociedade.

Portanto, chega-se a conclusão que o caminho para se chegar ao Estado feliz, que cumpra harmoniosamente as funções, é através da justiça e demais virtudes: sapiência, fortaleza, coragem e temperança. Do mesmo modo será a alma do indivíduo feliz aquela que desenvolve as suas atividades ordinárias segundo a justiça e as outras virtudes no seio desse Estado.

⁹² **A REPÚBLICA**, 433 b.

⁹³ O equilíbrio entre as partes da alma e suas virtudes correspondentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rachel Gazolla. **Platão: O Cosmo o Homem e a Cidade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.

CASERTANO, Giovanni. **Uma Introdução à República de Platão**. Tradução: Maria da Graça Gomes de Pina. São Paulo: Paulus, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. Volume I. 2. ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: História e Grandes Temas**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DURANT, Will. **A Filosofia de Platão**. Tradução: Maria Theresa Miranda. Rio de Janeiro – RJ: Edioro, 1958.

GOLDSCHMIDT, Victor. **Os diálogos de Platão: estrutura e método dialético**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HADOT, Pierre. **O que é a Filosofia Antiga?** Tradução: Dion Davi Macedo. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARE, R.M. **Platão**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

JEANNIÈRE, Abel. **Platão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

JERPHAGNON, Lucien. **História das grandes filosofias**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KOYRÉ, Alexandre. **Introdução à Leitura de Platão**. Portugal: Editora presença; Martins Fontes, 1979.

LARA, Tiago Adão. **A filosofia nas suas origens gregas**. 3.Ed. Petrópolis: Editora vozes, 1989.

LEWIS, John. **História da Filosofia**. São Paulo: Pioneira Editora, 1964.

MARÍAS, Julián. **História da Filosofia**. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MANON, Simone. **Platão**. Tradução: Flávia Cristina de Souza Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PAPPAS, Nickolas. **A República de Platão**. Lisboa: Edições 70, 1995.

PLATÃO. **A República**. Coordenação: Benedito Nunes. ; tradução de Carlos Alberto Nunes. 3.Ed. Belém, PA: EUFPA, 2000.

PLATÃO. **A República**. Tradução, introdução, notas de Maria Helena da Rocha Pereira, 10.Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbernkian, 2007.

PLATÃO, **As Leis**. Tradução, introdução, notas: Edson Bini. 1.Ed. Bauru, SP: Edipro, 1999.

PLATÃO, **Apologia de Sócrates**. Tradução e notas: Prof. M. Oliveira Pulquério. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

PLATÃO, **Carta VII**. Texto estabelecido e anotado por John Burnet; introdução de Terence H. Irwin; tradução e notas de José Trindade Santos e Juvino Maia Jr. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

PRADEAU, Jean-François. **História da Filosofia**. Tradução: James Bastos Arêas e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis. Editora Vozes; Editora PUC Rio, 2011.

PURSHOUSE, Luke. **A República de Platão**. Tradução: Luciana Pudenzi. São Paulo: Paulus, 2010.

REALE, Giovanni. **Platão**. Tradução: Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga**. Tradução: Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2003.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. Tradução: Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine . São Paulo: Edições Loyola, 1994.

ROBERT Audi. **Dicionário de Filosofia de Cambridge**. Tradução: João Paixão Netto e Edwino Aloysius Royer. São Paulo: Paulus, 2006.

SANTOS, José Trindade. **Platão a Construção do Conhecimento**. São Paulo: Paulus, 2012.

SCHÄFER, Christian. **Léxico de Platão**. Tradução: Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SZLEZÁK, Thomas Alexander. **Platão e a Escritura da Filosofia**. Tradução: Milton Camargo. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

WATANABE, Lygia Araújo. **Platão Por Mitos e Hipóteses**. São Paulo: Editora Moderna, 1995.